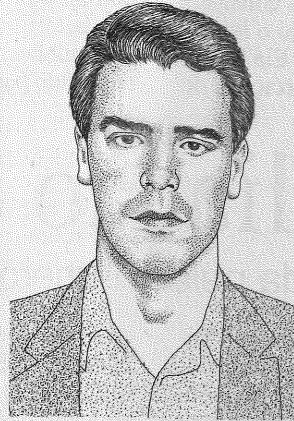


# Crescimento e desigualdade social

Marcelo Bronzo Ladeira \*



mente, recursos significativos terão de ser alocados na modernização do maquinário, na requalificação da força de trabalho, no aprimoramento dos métodos de produção e nos investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) de novos produtos. Ou seja, é todo um conjunto de fatores que terão de ser realinhados para um competitivo desempenho dessas in-

dústrias no mercado brasileiro e no comércio exterior. E, em maior ou menor grau, esta é uma realidade comum a tantos outros setores produtivos da economia brasileira, ameaçados pela liberalização do comércio externo e pela redução progressiva das barreiras tarifárias.

Mas, em seu conjunto, o setor produtivo industrial brasileiro parece já ter compreendido um princípio básico da economia capitalista globalizada: o de que as estratégias de modernização tecnológica e organizacional são fundamentais para fazer frente à concorrência externa e doméstica. De outro ponto de vista, entretanto, tal exigência de modernização apresenta custos sociais muito significativos para serem esquecidos ou deliberadamente ignorados.

O movimento da globalização, ao mesmo tempo que "colocou em xeque" as bases político-institucionais de inúmeras economias em todo o

mundo, serviu também para destruir certas bases de confiança anteriormente existentes entre diferentes grupos de interesses. Com o mesmo efeito entorpecedor, o livre mercado e a globalização contribuíram para desestabilizar certos suportes institucionais de defesa dos trabalhadores. Como exemplos, além do desemprego estrutural, poderiam ser citadas a franca deterioração da representatividade sindical nos espaços de trabalho, a tendência mundial à compressão dos salários reais e a flexibilização ("precarização") dos contratos de trabalho.

Como reforço à tese de que não basta a economia crescer, mas crescer de forma sustentada e somando um conteúdo social às estratégias macroeconômicas e industriais, o Brasil hoje já poderia adotar medidas de combate ao desemprego analisando seriamente a possibilidade, ou de redução da jornada de trabalho (sem a perda de garantias históricas conquistadas pelos trabalhadores), ou de reforço ao apoio às micro e pequenas empresas, fonte importante na geração de empregos no País. Essas e tantas outras medidas de conteúdo prioritariamente social deveriam ser decisivamente apoiadas pelo Estado brasileiro. Consiste em um engano profundo acreditar que as receitas ortodoxas do liberal-productivismo sejam necessariamente mais positivas do ponto de vista social, e a in-

genuidade diante do fato pode, evidentemente, apresentar no futuro próximo o seu preço.

A intervenção residual do Estado deve assim, prioritariamente, valer-se da atitude determinada e persistente de reduzir o custo Brasil, que onera os custos de produção e impõe um fardo pesado ao desempenho competitivo do setor industrial brasileiro. E, apesar da controvérsia que geralmente acompanha o assunto, algum tipo de intervenção setorial poderia também ser prudentemente estudado e viabilizado. Não para favorecer a incompetência ou a fragilidade de setores ou indústrias especí-

cas, mas, ao contrário, para atender a uma justa demanda daqueles que mais sofreram com a abertura intensa de nossa economia em tão poucos anos.

O desafio que tem o Brasil pela frente, portanto, não é tanto sobre como ou quanto fazer crescer sua economia, tendo-se em vista as potenciais riquezas naturais, humanas e tecnológicas do País. Mais importante é o exame profundo das condições a serem observadas para que esse processo ocorra de uma forma apropriada e que leve em conta os interesses de toda a sociedade brasileira, com maior justiça social e igualdade na distribuição dos benefícios de seu crescimento. ■

\* Membro do Grupo de Qualidade de Vida no Trabalho e Stress Ocupacional - Núcleo de Estudos Avançados em Comportamento Organizacional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais.

participação no setor privado e maior integração à economia internacional -, tem conseguido também manter a inflação sob controle, a ponto de termos experimentado - na passagem para 1997 - o fato histórico de uma inflação de um dígito.

O Brasil fecha o ano de 1996, entretanto, com o pior déficit de transações correntes nos últimos dezesseis anos. O déficit de US\$ 24,3 bilhões de dólares - equivalente a 3,27% do PIB -, se por um lado tem sido finan-

ciado pelo aporte dos investimentos diretos realizados no País ao longo do ano de 1996, por outro implica o reexame profundo de nossa política comercial com o exterior, haja vista o enorme impacto dos desequilíbrios da balança comercial sobre os resultados em conta corrente. Em 1996, o Brasil importou o equivalente a US\$ 53,2 bilhões, US\$ 20,1 bilhões mais que no ano de 1994. Em relação às exportações no mesmo período, o crescimento foi tímido, tendo o Brasil exportado em 1996 US\$ 47,7 bilhões, em contraste com os US\$ 43,5 bilhões exportados no ano de 1994. Evidentemente que o câmbio valorizado reforça as explicações para o baixo desempenho das exportações brasileiras; porém, o conteúdo principal das importações de 1996 - matérias-primas e produtos intermediários, bens de capital, combustíveis e lubrificantes - parece indicar, para o

futuro próximo, a retomada da competitividade industrial brasileira no mercado internacional. De fato, o Brasil bateu recordes de produção e vendas em 1996, mas esse crescimento parece ter sido insuficiente para fazer-se sentir na reversão do desemprego estrutural, sobretudo na indústria.

A pesquisa mensal da Confederação Nacional da Indústria, discutida em artigo da Gazeta Mercantil datado de 6 de dezembro de 1996, apontou alguns dados sombrios para o nível de emprego no setor eletroeletrônico no País. Em apenas sete anos, o faturamento das indústrias do setor passou de US\$ 20,7 bilhões para US\$ 34,4 bilhões aproximadamente, mas o número de empregados caiu de 264,4 mil para 166 mil, isto é, 37,3%.

No competitivo setor das indústrias de autopeças, os dados do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças) indicam que, de 1990 para cá, 100 mil postos de trabalho foram eliminados, houve quatro fusões, cinco associações e 28 empresas foram compradas. E para o futuro são previstas dificuldades variadas. Uma delas é a de que serão precisos aproximadamente US\$ 5 bilhões em investimentos para fazer frente à expectativa das montadoras de aplicar US\$ 13 bilhões até o ano 2000. E, evidente-

Desde os tempos dos economistas clássicos, muito do interesse da Economia Política repousa no entendimento de um antigo problema: as relações entre a repartição da renda e da riqueza e o crescimento econômico nas sociedades. E, nesse sentido, muitos estudos indicam que os países mais injustos na sua distribuição de renda e riqueza experimentam uma expansão econômica mais lenta e menos sustentada em comparação aos países socialmente mais justos.

Esta é uma questão particularmente verdadeira para o Brasil. Aqui, desde os anos 50, o crescimento significativo do PIB caminhou passo a passo com a clivagem social e a restrição do consumo para uma grande massa de excluídos. Paralelamente a esse problema central, um imenso débito social também se concretizou pela tradição inflacionária da economia brasileira. Esse último fator em muito contribuiu para o aumento das desigualdades no plano econômico-social, pois penalizou as classes mais pobres ou que não possuíam recursos suficientes para aplicações, ao mesmo tempo que, de forma expressiva, favoreceu o estrato social mais rico e capitalizado.

No sentido contrário a essa injusta tradição, há fortes indícios de que hoje, no Brasil, começamos a edificar um novo compromisso social na história do País. O Brasil, apesar das severas medidas seguidas para a consolidação do seu processo de estabilização - elevação da taxa de juros, moeda valorizada, diminuição da

**Dos anos 50 em diante, o crescimento do PIB andou "pari passu" com a clivagem social e a restrição do consumo para uma grande massa**

de consumo para uma grande massa de excluídos. Paralelamente a esse problema central, um imenso débito social também se concretizou pela tradição inflacionária da economia brasileira. Esse último fator em muito contribuiu para o aumento das desigualdades no plano econômico-social, pois penalizou as classes mais pobres ou que não possuíam recursos suficientes para aplicações, ao mesmo tempo que, de forma expressiva, favoreceu o estrato social mais rico e capitalizado.